

À REVELIA DO PADECIMENTO AFRODESCENDENTE E DA ANTINEGRITUDE: NOTAS DE UM EDIFÍCIO CONCEITUAL SOBRE O BEM-ESTAR NEGRO

REBELING AGAINST THE AFRICAN DESCENDANT
SUFFERING AND THE ANTI-BLACKNESS: NOTES FOR A
CONCEPTUAL BUILDING ON BLACK WELFARE

Oluwa Seyi Salles Bento

Graduada, Mestra e Doutoranda em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Professora e poeta. Desenvolve pesquisa sobre a mitopoética afrodiáspórica presente em obras de escritoras negras

Resumo: Este artigo objetiva analisar conceitos criados para compreender a vida e a arte negras. Examinamos, inicialmente, alguns aparatos teórico-críticos que concebem o padecimento como estruturante da experiência social e da produção artística de pessoas negras. A seguir, refletimos sobre outros aparatos que, na contramão dos primeiros, evocam a possibilidade de bem-estar da comunidade negra, social e ficcionalmente.

Palavras-chave: conceitos, padecimento, experiência social, bem-estar, comunidade negra.

Abstract: This article aims to analyze concepts made to understand black life and art. We initially examine some theoretical-critical apparatuses which conceive suffering as structural of the social experience and artistic production of black people. Further on, we reflect on other apparatuses which, contrary to the first ones, evoke the possibility of black community welfare, social and fictionally.

Keywords: concepts, suffering, social experience, welfare, black community.

1. Introdução: o padecimento como aparente regra na experiência negra

O corpo negro tem sido habitualmente compreendido, institucional e socialmente, como menos digno de compaixão, confiança¹ e perdão², mais resistente à dor física³ e também alvo de “circunstâncias de violência total (escravidão e assassinato)” (SILVA, 2018, p. 409) e de morte social (PATTERSON, [1982] 2008)

no Brasil e em tantos outros espaços que receberam

1 Em entrevista para o portal Gênero e Número, o pesquisador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Muniz Sodré defende que “o negro é visto [...] como um perigo em potencial para a vida social, um foco de criminalidade, aletramento, analfabetismo em si mesmo. É essa desconfiança que constitui historicamente uma forma social que chamo de forma social escravista, que não é a mesma coisa que sociedade escravista. Você tem a sociedade escravista do passado, vem a abolição, aí surge a forma social escravista, e é dentro dela que se constitui essa rejeição e desconfiança do negro”. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/o-negro-cidadao-invisivel-violencia/>>.

2 Um caso que deixou bastante evidente o tratamento desigual entre pessoas negras e brancas no universo midiático foi a enorme rejeição sofrida pela rapper Karol Conka em um reality show brasileiro. Nina Lemos, jornalista da coluna *Universa*, do portal Uol, reflete: “o que Karol tem de diferente de todos os outros abusadores que já passaram pelo programa? Ela foi péssima? Foi. Mas não é no mínimo estranho que o choro de uma mulher negra pedindo desculpa seja algo que faça sucesso em 2021 e que nenhum outro participante tenha que fazer o mesmo? Devemos ser muito sádicos mesmo para gostar tanto de ver uma pessoa sofrer tanto pelos seus erros. Prova disso é que Karol é campeã de audiência. O ódio a ela uniu o país. O paredão de sua eliminação teve 38 pontos e superou as finais das últimas dez edições do programa”. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/colunas/nina-lemos/2021/04/28/ate-quando-ka-rol-conka-vai-ter-que-se-desculpar-e-chorar-por-erros-no-bbb.htm>>.

3 Segundo o artigo da jornalista e pesquisadora Marília Moreira, publicado na Revista *AzMina*, “nos atendimentos [médicos a mulheres negras], são recorrentes agressões verbais, ‘elogios’ ofensivos, assédio sexual, violência obstétrica, recusa de anestesia, falta de escuta à queixa, diagnóstico equivocado e/ou tardio, além de falas eugenistas, que pressupõem a existência de que raça, determina questões de saúde - a exemplo de ‘você é mais resistente a dor’, ‘negro tem sangue ruim’ e ‘esse é um mal da raça’”. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/sua-raca-e-resistente-a-dor-mulheres-relatam-racismo-em-atendimentos-medicos/>>.

populações africanas ao longo dos séculos de legalidade do regime escravocrata. Essa doxa, que sustenta compreensões e modos de agir no território dos afetos, das práticas profissionais, da justiça social e das políticas de estado, também esteia muito da produção artística dessas mesmas regiões do mundo e é um sintoma do que alguns teóricos nomeiam de anti-negritude.

Na pesquisa de fôlego da pesquisadora Regina Dalcastagnè⁴, docente e pesquisadora da Universidade de Brasília, é possível encontrar alguns dados que demonstram, de maneira mais sistemática, como a experiência de sujeitos negros nos lugares de personagens de romance da literatura brasileira tem sido constantemente marcada por índices de pobreza, delinquência, servilismo, quando não de total ausência. E ainda que esta pesquisa não tenha conseguido contemplar, de forma mais aguda, a produção de escritores e escritoras negras brasileiras, já que se resumiu às publicações de editoras cuja diversidade étnica-racial dos lugares de autoria não representa a contento a realidade brasileira⁵, um fenômeno similar é perceptível nesse outro sistema literário: a representação do padecimento dos corpos negros é recorrente no seio da literatura brasileira produzida por pessoas brancas e também na produzida por pessoas negras.

4 Cf. DALCASTAGNÈ, R. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea*, 2011, p. 13-71.

5 As editoras que foram alvo da pesquisa em questão são Grupo Record, Companhia das Letras e Rocco.

Mas, por quê? O que tem levado tantas vozes de nossa literatura a optarem por uma composição ficcional que, por reprodução, paródia, naturalização ou crítica, assume o sofrimento negro como regra? De que forma é possível refletir sobre experiências que não se resumem a tal efeito estético? Como a teoria crítica e a crítica literária podem compreender e decodificar o exercício de qualquer bem-estar negro na literatura e na sociedade, quando este comparece?

Esses questionamentos, alguns ainda sem resposta satisfatória ou possível, são o que norteiam as exposições que trago a esta breve reflexão teórico-crítica. Ao longo desta exposição, pretendo elencar e analisar alguns conceitos que se concentram em experiências de padecimento de corpos negros, como o afropessimismo, a necropolítica e o epistemicídio, e outros que consideram a humanidade e o bem-estar desses mesmos corpos, como a amefricanidade, a escrevivência e o afrofuturismo.

Tal discussão, a partir do referido recorte temático, mesmo longe de esgotar as reflexões sobre o assunto, pode iluminar novas maneiras de compreendermos os liames entre ficção, teoria e sociedade. Observar como se costuram essas três dimensões talvez auxilie em uma interpretação apropriada sobre como alguns sentidos são produzidos, conservados e eliminados no que tange aos estudos étnico-raciais, sobretudo aqueles aplicados à literatura.

2. Um espelho que só figura o monstro: a teoria como reflexo da ficção e da sociedade

A partir da leitura de alguns trabalhos acadêmicos que se propõem a analisar o produto literário de dicção negra no Brasil, tem sido possível tomar pé de alguns movimentos particulares e recorrentes desse sistema literário, mas que podem se espriar para exercícios de escrita em outros espaços. Nesse sentido, as pesquisadoras e docentes Fernanda Figueiredo e Mirian Santos têm especial importância para as reflexões que desenvolvo aqui e concordam entre si no que se refere ao habitual comparecimento da violência – ou, de modo mais geral, o padecimento, como prefiro – nas composições ficcionais as quais se propuseram a analisar.

Fernanda Figueiredo, docente do Instituto Federal de Minas Gerais que dedicou sua dissertação de mestrado à presença do feminino negro na coleção *CADERNOS NEGROS*, afirma, enquanto reflete sobre a experiência da comunidade negra no Brasil, que “a violência se apresenta como cenário congênito à história desta população e transcende os séculos de escravidão” (FIGUEIREDO, 2009, p. 44), asserção à qual subscreveria Denise Ferreira da Silva, pesquisadora e docente da Universidade da Colúmbia Britânica, já que, segundo a intelectual, “o tempo não é a dimensão apropriada para ‘observar’ o evento racial” (SILVA, 2018, p. 408).

Adensando sua defesa, Fernanda Figueiredo aponta que

a escrita de autoras negras tem uma trama própria; como uma de suas faces apresenta o que chamo de ‘dialética da violência’, podendo ser, assim, engajada com a situação histórico-social da mulher negra no Brasil. Compreendo “dialética da violência” como este movimento de dissecar a história nas palavras, cenas, contextos e personagens demonstrando a dor e as marcas das arbitrariedades sofridas, seja por uma memória individual contemporânea, seja pela memória coletiva ligada ao passado de um determinado grupo social.

As cenas, personagens e enredos carregam a dor e a amargura entrelaçadas às malhas do texto, num movimento constante, revelando as marcas que o preconceito deixa na história individual. A exclusão é uma das violências [...] descritas como feridas abertas. As vozes narrativas dissecam seus enredos deixando à mostra as vísceras da sociedade.

A dialética da violência constitui o discurso permeado pela descrição de fatos e sensações, sejam eles sutis ou explícitos, que apresentam situações em que a(s) personagem(s) sofre(m) algum tipo de agressão física, simbólica e/ou moral. (FIGUEIREDO, 2009, p. 44)

Assim, com vistas no que aponta Figueiredo, a presença das *vísceras da sociedade* na produção literária de dicção negra ganha um contorno que está para além de “uma mera transposição de realidades ou de trocas de papéis entre personagens brancas e negras em suas representações” (SANTOS, 2018, p. 29): configura-se, com efeito, como um proposital realce estético de um padecimento que, muitas vezes desfo-

cado pelo cotidiano, não é notado ou pode ser ignorado com mais facilidade. Como defende Figueiredo, “a expressão da alteridade [...] toca assuntos polêmicos e tabus: falar do não dito, pela perspectiva de quem nunca pôde dizer” (FIGUEIREDO, 2009, p. 44). E se essa fala se concentra no padecimento, o problema reside na causa do sofrimento, não no sofrimento *per se*.

Mirian Santos, outra pesquisadora à qual recorro, docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, também defende, citando a escritora Miriam Alves e a professora Regina Dalcastagnè, que a estetização do padecimento, que pode ser autoinfligido, funciona como a materialização literária e histórica de uma experiência individual e também coletiva da comunidade negra, na medida em que “há nos textos de mulheres negras uma tentativa de compartilhamento da violência das experiências do cotidiano através da escrita” (SANTOS, 2018, p. 27).

Nesse sentido, à medida em que algumas experiências de vida e alguns processos estéticos reivindicam tamanho espaço no cotidiano e no corpo dos textos produzidos por homens e mulheres negras, as respostas da teoria e da crítica passam a sistematizar e compreender, segundo suas próprias unidades de medida, o que a observação da sociedade e a literatura revelam. E esse encontro entre teoria, sociedade e ficção é como o reflexo de um indivíduo em um espelho relativamente distorcido: certas partes daquela

compleição física são acentuadas em detrimento de outras, justamente para que a atenção recaia sobre elas. Por vezes, o dito reflexo falha em exibir traços de humanidade.

Um desses realces configura a teoria crítica do afropessimismo, que se origina e sustenta a partir das reflexões de alguns intelectuais negros, como Aime Cesaire, Frantz Fanon, Orlando Patterson, Saidiya Hartman e Frank B. Wilderson III. Wilderson, que é professor da Universidade da Califórnia, dramaturgo e crítico estadunidense, publicou recentemente uma obra homônima à teoria, *Afropessimismo*, trabalho no qual reflete sobre a condição invariável da escravidão de pessoas negras ao redor do mundo. Partindo do pressuposto de que os “negros não são sujeitos humanos, sendo, em vez disso, estruturalmente suportes inertes, ferramentas para a execução das fantasias e dos prazeres sadomasoquistas dos brancos e dos não negros” (WILDERSON, 2020a, p.16), o autor defende que a escravidão, enquanto modelo de sociedade, está em pleno funcionamento e não há meios de interrompê-la, já que a relação entre senhor e servo é uma das bases da organização social no mundo.

Em entrevista cedida a Jared Ball, docente da Universidade Estadual de Morgan e anfitrião do programa de rádio *I Mix What I Like*, e traduzida por Felipe Coimbra Moretti, pesquisador do Museu Nacional, Wilderson defende que

a estrutura pela qual os seres humanos são reconhecidos por outros seres humanos e incorporados em uma comunidade de seres humanos é anti-escrava. E a escravidão é algo que tem consumido a negritude e a africanidade, tornando impossível separar a escravidão da negritude. Mesmo se eu me disser “Eu não sou um Escravo”, não somos nós que decidimos o que acontece. (WILDERSON *In* MORETTI, 2020b, p. 97)

Assim, aquilo que os afropessimistas defendem como antinegritude passa por uma negação fundamental do estatuto de humanidade à comunidade negra, já que, na concepção desse grupo de intelectuais, a escravidão e a humanidade são mutuamente excludentes e a condição escrava ainda é – e provavelmente para sempre será – um dado incontornável da existência negra. Nessa esteira, Wilderson afirma:

Mesmo os sociólogos que não concordam com as minhas conclusões afropessimistas mostraram que hoje em dia estamos mais cativos do que na década de 1860. Aparentemente, uma de cada seis pessoas negras está encarcerada de alguma forma. É uma pandemia. Vivemos mais acorrentados hoje – ou seja presos, de tornozeleira eletrônica, em centros de reinserção social – do que no começo do século XIX. (*op. cit.*, p. 108)

Defendido como metateoria à medida em que se debruça sobre como outras teorias se estruturam, o afropessimismo configura “um projeto crítico que, ao utilizar a negritude como lente de interpretação, interroga a lógica tácita e presumida do marxismo,

do pós-colonialismo, da psicanálise e do feminismo por meio de rigorosa consideração teórica de suas *propriedades e lógicas presumíveis*, como seus fundamento, métodos, forma e utilidade” (WILDERSON, 2020a, p. 15). Em suma, o afropessimismo desacredita as “afirmações feitas pelas teorias da libertação quando [...] tentam explicar o sofrimento do negro ou quando fazem analogias entre o sofrimento do negro e o sofrimento de outros seres oprimidos” (*op. cit.*, p. 16). Para Wilderson,

a libertação negra nos apresenta um tipo de libertação que é tão totalizante [...] que não consegue ser colocada na escala da linguagem política. Se eu estiver correto de que os negros não estão inseridos na exploração colonial ou no racismo, mas sim na morte social – o que não quer dizer que os negros não sofrem o racismo ou que os negros não são explorados, mas que, se isso acabar, nós ainda estaremos mortos socialmente – então acho que na verdade não temos um referencial político para lidar com isso. (WILDERSON *In* MORETTI, 2020b, p. 98)

Partindo de uma concepção de mundo similar à defendida pelos signatários do afropessimismo, o conceito de necropolítica, proposto por Achille Mbembe, professor da Universidade de Harvard, filósofo, historiador camaronês, também parte do padecimento como regra. Bastante tributária da reflexão de Michel Foucault sobre o biopoder⁶, a necropolítica

⁶ Nos termos de Achille Mbembe, biopoder é “aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle” (MBEMBE, 2016, p. 123).

pode ser definida como a autoridade de decidir quem tem direito à vida e quem é suficientemente dispensável para morrer. E o poder é comprovado justamente pelas deliberações sobre a vida e a morte: “exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (MBEMBE, 2016, p. 123).

Ainda que não seja um conceito, desde a denominação (como acontece com o afropessimismo), cunhado especialmente com vistas na condição da comunidade negra e possa ser utilizado para compreender a experiência histórica de diferentes povos, como indígenas e judeus, por exemplo, a necropolítica possui indefectível importância em reflexões sobre o tratamento dispensado às pessoas negras ao redor do mundo. Mbembe defende que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é ‘a condição para a aceitabilidade do fazer morrer’” (*op. cit.*, p. 128). Assim, partindo do pressuposto de que o genocídio da população negra está em curso no Brasil⁷ e levando em consideração os constantes casos de “violência

7 Segundo reportagem do jornalista Caê Vascelos, publicada no jornal El País em agosto de 2020, “em 2018, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras. No contexto histórico, de 2008 a 2018, o número de homicídios de pessoas negras no país aumentou 11,5%, já entre pessoas não negras caiu 12,9%. Os dados são do Atlas da Violência, levantamento feito pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) em parceria com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), vinculado ao Ministério da Economia”. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-27/numero-de-homicidios-de-pessoas-negras-cresce-115-em-onze-anos-o-dos-demais-cai-13.html>>.

soberana e destrutiva” (*op. cit.*, p. 124), ou seja, de violência mortal desencadeada pela força policial contra pessoas negras, é patente que o grupo “suficientemente dispensável para morrer” é o negro.

No decorrer de seu extenso ensaio, Mbembe comenta o advento das tecnologias voltadas para a “democratização’ dos meios de eliminação dos inimigos do Estado” (*op. cit.*, p.129). Indissociáveis do mercado bélico, tais mecanismos são provas materiais de

um longo processo de desumanização e de industrialização da morte, entre cujas características originais estava integrar a racionalidade instrumental com a racionalidade produtiva e administrativa do mundo ocidental moderno (a fábrica, a burocracia, a prisão, o exército). Mecanizada, a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. (*op. cit.*)

A uma lista de “mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte” (*op. cit.*) que conta com a câmara de gás, o forno e a guilhotina, talvez se somasse a própria polícia e seus meios, caso esta não fosse composta por pessoas, ou seja, não *mecanizada*. É inegável, porém, que, em um sem número de circunstâncias, o método de execução em série protagonizado pelo braço armado do Estado se irmane ao praticado em situações de guerra. A diferença, é que, na guerra racial que presenciamos desde o início dos processos colonizatórios, somente uma das partes

possui poderio técnico para atacar e não sofrer retaliações à altura.

A próxima categoria teórica que abordo aqui é a remodelada por Aparecida Sueli Carneiro, pesquisadora, filósofa e fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra. O conceito de epistemicídio, criado por Boaventura Sousa Santos, docente da Universidade de Coimbra e pesquisador português, é, ao lado da categoria foucaultiana de biopoder, um dos principais motores das reflexões de Sueli Carneiro em sua tese de doutoramento. A essa categoria que desde sua formulação já compreendia “subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista” (SANTOS, 1995, p. 328), a intelectual acrescentou outras noções:

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar

o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Orlando Patterson, docente da Universidade de Harvard e sociólogo jamaicano, defende que a experiência do sujeito arrancado de sua terra e submetido ao regime escravista configura uma morte social, “uma vez que o sujeito escravizado era privado de suas funções e status anteriores para ser introduzido, como escravo, numa outra sociedade” (SOARES, 2009, p. 3). Nesse sentido, o processo mortal apontado por Patterson não cessa com a revogação legal da Escravidão, já que a humanidade negra fica permanentemente agravada, e caminha lado a lado com a morte simbólica referida por Sueli Carneiro no excerto acima: tanto pelo aniquilamento de sua condição social quanto pela sujeição de sua autonomia racional, a pessoa negra passa por um decurso complexo de aculturação e apagamento.

Assim como no pensamento afropessimista, as reflexões sobre o epistemicídio também permanecem sobre a questão da humanidade das pessoas negras. Em seu trabalho, Sueli Carneiro recupera o que considera a *primeira expressão* da desumanização: a difusão de que escravizados não tinham alma e logo eram análogos aos animais e não requisitavam educação formal, então fornecida pela Companhia de Je-

sus (grupo conhecido como “jesuítas”). A intelectual pontua que

uma bula papal encerra a possível questão se a criança negra deveria ir à escola ao afirmar que os negros não têm alma. Tendo em vista os votos indissolúveis estabelecidos entre a Companhia de Jesus e o Papa, [...] a educação de crianças negras foi item que ficou fora de questão. A ausência de alma, no lugar do que posteriormente seria o lugar da razão, no contexto da laicização do Estado moderno, será o primeiro argumento para afirmar a não-educabilidade dos negros. Será, então, pelo estabelecimento das idéias e discursos fundadores acerca da educabilidade dos afrodescendentes, que se articulará o epistemicídio ao dispositivo de racialidade. (CARNEIRO, 2005, p. 104)

Em vista da breve apresentação dessas teorias críticas gestadas e/ou alimentadas por intelectuais negros, é possível identificar traços em comum que fraternizam as diferentes reflexões. A morte, suas metáforas e sua iminência na trama da vida social, da produção artística e também da teoria concebida por pessoas negras é um doxa aterrorizante, muitas vezes tida como inescapável e não raro apresenta-se como o motor de uma série de práticas específicas do grupo negro, na vida e na arte.

O portal estadunidense de mídia CUT, que grava séries de entrevistas das mais divertidas às mais sérias, veiculou, em 2017, um vídeo intitulado “*Black parents explain how to deal with the police*” (em tradução livre, “Pais negros explicam como lidar com a

polícia”), que foi republicado em vários veículos de comunicação. No vídeo, pais, mães, crianças e jovens negros estadunidenses têm o que alguns chamam de “*the talk*”: conversa peculiar sobre a discriminação racial e a violência policial que acomete sua comunidade no país. Uma das crianças, apesar da pouquíssima idade, demonstra para a câmera aquilo que seu pai diz tê-la ensinado: levanta as mãos, como se estivesse passando por uma abordagem policial, diz seu nome completo, idade e completa “*I’m unarmed and I have nothing that will hurt you*” (em tradução livre, “estou desarmada e não possuo nada que vá te ferir”).

Essas conversas duras, mas indispensáveis para que crianças negras se protejam minimamente da brutalidade da polícia parece ser um *modus operandi* comum de muitos pais e mães negras que residem nos Estados Unidos. Em um artigo da revista *Isto é*, poucas semanas depois do assassinato de George Floyd, vários pais e mães negras fazem um inventário de suas práticas de proteção para com a prole. Abaixo, um desses relatos.

“Não conheço pais negros que não tenham essa conversa com seus filhos”, disse Tiffany Russell, de 26 anos. “Mas agora definitivamente é uma boa hora”, acrescentou.

Quando Tiffany tinha três anos, após um incidente dramático, sua mãe se sentou com ela e lhe explicou o que havia acontecido. Ela então aconselhou a filha sobre como se comportar no futuro.

“Você precisa ter cuidado com a maneira como age, como reage. Não pode ser muito agressiva, ou ficar com muita raiva”. Ela me disse que, se um policial me parar, eu simplesmente não deveria dizer nada e apenas ouvir. ‘Mesmo se você estiver chateada, você não pode mostrar que está chateada’”, lembra Tiffany. (ISTO É, 10/062020)

Da mesma forma que no convívio social e no arcabouço teórico essas questões se tornam patentes, na ficção, tudo isso tem, como dito anteriormente, espaço incontestado. A famosa série de entretenimento *Grey’s Anatomy* trouxe uma cena muito similar à que descrevemos acima, em que um jovem menino negro é ensinado por seus pais sobre os comportamentos fundamentais durante uma abordagem policial.

Na literatura brasileira de dicção negra, por exemplo, abundam as situações que justamente iluminam a preponderância da morte no cotidiano. No conto “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos”, de Conceição Evaristo, uma jovem criança é morta enquanto procura por sua irmã gêmea nas ruas da favela onde mora; no romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, a maioria da família nuclear da personagem central encontra a morte das mais variadas formas; No conto “Alice está morta”, de Miriam Alves, a finitude da vida da personagem da obra está dada desde o título. A morte, bem como suas ameaças, obnubila a vida de pessoas negras. Da ficção à teoria.

3. Um espelho que também concebe o humano: (outra) teoria que é reflexo da ficção e da sociedade

À guisa do apresentado até então, fica nítido que o padecimento muitas vezes é parte constitutiva da vida social e da elaboração teórica e estética de dicção negra, porém, felizmente, não é possível afirmar que isso se trata de sua totalidade. O que resume a experiência social e literária negra talvez não sejam os sentimentos ou convicções dos quais se parte em sua reflexão e produção, mas sim a multiplicidade de temas, sujeitos, cenários e relações que a constroem. E essa multiplicidade se encontra também no tratamento teórico-crítico de tais elementos.

Como acertadamente reflete Mirian Santos,

um dos compromissos desse escritor [negro] seria desconstruir a imagem do negro como vítima ou criminoso, representação divulgada e sustentada durante anos pela história e pelas narrativas canônicas. Por meio desse propósito, tem-se acesso a uma narrativa outra, através de uma escrita própria, que de certa forma questiona a história ensinada nas escolas ou veiculada nas mídias. (SANTOS, 2018, p 26)

Nesse ensejo, apresento também alguns aparatos conceituais que, na contramão do padecimento (que não é, nem de longe, uma falácia, mas não precisa ser a única verdade), buscam vislumbrar horizontes de

humanização e bem-estar. Dessa forma, naquele referido espelho relativamente distorcido em cujo reflexo se viam exageros cruéis, talvez já seja possível enxergar um corpo com ênfases que então não o monstrificam: o corpo no espelho é finalmente humano.

Uma dessas categorias é a amefricanidade, conceito cunhado pela antropóloga e política Lélia Gonzalez, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado. Sem ignorar as profundas e indeléveis cicatrizes deixadas pela colonização e pelo racismo, a amefricanidade ainda assim considera a resistência frente ao aniquilamento que outras teorias tomam como intransponíveis. Lélia González, apresentando o conceito que concebe, reflete que

a categoria de *Amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, sem modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, fante e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. (GONZÁLEZ, 1988, p. 76, grifos da autora)

A partir dessa elucidação de González, fica nítido que a categoria que ela gesta está muito comprometida com políticas de vida, autonomia e afirmação da presença importante da comunidade negra em todo o corpo das Américas. É, na realidade, uma teoria que conforma a negação à morte na medida em que per-

cebe que a África não morre quando chega à América: com efeito, ambas se fundem e originam um terceiro elemento, fruto dos dois iniciais, soma da vida em fluxo os que mantêm. O padecimento, como já dito, não é omitido, mas a superação de várias facetas desse padecimento também não pode sê-lo: isso porque “não se pode deixar de levar em conta a escravidão, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação. Justamente porque, enquanto descendentes de africanos, a *herança africana* sempre foi a grande fonte revificadora de nossas forças” (*op. cit.*, p. 78, grifos da autora).

É interessante, por fim, notar que, na concepção de Lélia, a amefricanidade não é um resultado tardio da chegada dos africanos nas Américas ou um fenômeno marcadamente da pós-abolição. Ao contrário, a intelectual considera que a condição amefricana, enquanto uma identidade que remete à autodeterminação, foi a matriz do espírito de resistência à violência da escravidão. Assim,

já na época escravista, ela [a amefricanidade] se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos *quilombos*, *cimarrones*, *cumbes*, *palenques*, *marronages* e *maroon societies*, espriadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente. [...] Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cul-

tural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos. (*op. cit.*, p. 79, grifos da autora)

Uma outra categoria crítica que concebe a humanidade negra é proposta por Conceição Evaristo, ficcionista, poeta e professora. O conceito de *escrevivência*, criado pela escritora em suas reflexões críticas sobre o próprio fazer literário (MIRANDA, 2019, p. 190), é bastante importante por ser fruto de um olhar autoanalítico, quase particular, mas que extravasa os limites da própria produção, fazendo sentido também quando aplicado ao registro literário de tantos e tantas outras escritoras negras.

Defendendo que, na medida em que escreve, o grupo de mulheres negras toma “o *lugar da escrita*, como direito, assim como [...] toma o *lugar da vida*” (EVARISTO, 2005a, p. 54, grifos da autora), Evaristo já inicia a descrição do funcionamento da *escrevivência*, a qual é exercitada quando

escritoras [negras] buscam na história mal-contada pelas linhas oficiais, na literatura mutiladora da cultura e de dos corpos negros, assim como em outros discursos sociais, elementos para comporem as suas escritas. Debruçam-se sobre as tradições afro-brasileiras, relembram e bem relembram as histórias de dispersão que os mares contam, se postam atentas diante da miséria e da riqueza que o cotidiano oferece, assim como escrevem as suas dores e alegrias íntimas. (*op.cit.*, 2005b, p. 7)

De forma ainda mais aprofundada e buscando compreender as implicações políticas de uma escrita tão fundamentada na experiência histórica das pessoas negras, Fernanda Miranda, pesquisadora e docente da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará, aponta que, a partir da prática da escrevivência,

assume-se no texto a experiência vivida como fonte de construção literária, e, ao mesmo tempo, assume-se que a vivência, embora parta da realidade, é elaborada/tecida/significada no ato da escrita.

A escrevivência articula em seu bojo uma dialética estratégica entre escrita e experiência. Estratégica, justamente porque se destina a enunciar tessituras de sujeitos que têm sido mantidos em silêncio, e cujas experiências não são vertidas em arquivo – permitindo o sono tranquilo dos “da casa-grande”. E também porque gera um espaço de reflexão sobre o fundamento da escrita na organização subjetiva das mulheres negras.

Trata-se de um conceito que alça a escrita como uma performance da retomada de posse da própria vida e da história, e, por estes motivos, se aproxima e conversa com inúmeras produções literárias de mulheres negras que tem articulado escrita e poder em múltiplas localidades do globo. (MIRANDA, 2019, p. 190)

Pensando para além da importância da existência de escritoras negras e de a literatura ser receptiva a vozes cada vez mais diversas, a escrevivência também ratifica uma demanda por humanização de corpos negros que, além de seguirem vivos, constroem universos inteiros com suas palavras, seu passado, suas convicções e reivindicações. Além de

seguirem vivos, criam vida. Como defende Cristiane Côrtes, pesquisadora e docente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, referindo ao processo de criação da escrevivência, “o seu discurso sabota o oficial porque cria um devir mais justo e coerente” (CÔRTEZ, 2016, p. 41), e o devir é exclusivo a quem ainda tem a vida presa entre os dedos.

Por fim, o último das categorias teóricas que abordo aqui é remodelado por Alondra Nelson, docente da Escola de Ciências Sociais do Institute for Advanced Study, diretora adjunta de Ciências e Sociedade da Casa Branca e escritora estadunidense, e por Kodwo Eshun, cineasta, docente da Universidade de Londres e escritor britânico-ganense. O conceito de afrofuturismo, cunhado pelo crítico cultural também estadunidense Mark Dery, é inicialmente definido como “ficção especulativa que trata de temas afro-americanos e aborda suas preocupações no contexto da tecnocultura do século XX – e, de maneira mais geral, a compreensão afro-americana que se apropria de imagens de tecnologia e futuro aprimorado por próteses” (DERY, 1994, p. 180, tradução minha). No entanto, como reflete o pesquisador Waldson Souza, que dedicou sua dissertação a compreender a presença do afrofuturismo na literatura brasileira, “as reflexões foram expandidas por outros autores e o conceito foi ganhando novas abordagens, adquirindo um caráter global no sentido de não se restringir aos Estados Unidos” (SOUZA, 2019, p. 32).

Nelson e Eshun, como bem pontua Souza, contribuíram para as definições mais iniciais do conceito de afrofuturismo, sendo possível dizer que “o que veio a ser denominado afrofuturismo parte de um conjunto de reflexões” (*op. cit.*), aspecto que irmana essa categoria a de afropessimismo, na medida em que esta também é resultado do trabalho de vários intelectuais. Alondra Nelson interpreta o afrofuturismo como “vozes afro-americanas com outras histórias para contar sobre cultura, tecnologia e o que está por vir” (NELSON, 2002, p. 9 *In* SOUZA, 2019, p. 33), noção bastante interessante justamente por referir essas *outras histórias*, ou seja, narrativas que estejam comprometidas com a diversidade nos lugares de produção de ficção. E indo mais fundo no problema, Kodwo Eshun defende que “o afrofuturismo pode ser caracterizado como um programa para recuperar as histórias de contra-futuros criadas num século hostil à projeção afrodiaspórica” (ESHUN, 2003, p. 301 *In* SOUZA, 2019, p. 33), isto é, assume a ideia de que a ficção é efetiva em recuperar elementos importantes da subjetividade negra.

Waldson Souza, na conclusão de sua dissertação, assevera que “o presente é futuro em relação ao passado, para pessoas negras é também projeção coletiva. A luta pela liberdade definiu isso, e continuar desejando que as gerações futuras vivam em contextos menos opressivos que os de hoje mantém essa relação.” (SOUZA, 2019, p. 93-94). Fazendo coro às refle-

xões de Souza, penso que, dentre os três conceitos acima que concebem a humanidade e o bem-estar da comunidade negra, o afrofuturismo talvez seja o mais produtivo quanto à possibilidade de negar a forma do padecimento mais grave que é a morte: admitir sujeitos negros se projetando no futuro, mesmo que este seja distópico, e imprimindo nesse tempo-espaço ficcional suas marcas e convicções é como dizer que, se o passado não foi hábil em nos matar, o presente segue falhando no mesmíssimo projeto.

4. Conclusão: um bem-estar negro possível na literatura, na teoria e na sociedade

Ao longo desta reflexão teórico-crítica, me reencontrei com conceitos que diversos intelectuais negros e negras de três continentes diferentes gestaram ou incrementaram ao longo de suas trajetórias acadêmicas, docentes ou artísticas. Aqui, ao fim das análises e reflexões as quais me propus a desenvolver, verifico que até mesmo este curto artigo configura um trabalho de certo fôlego: foram seis conceitos centrais, outros tantos complementares, mais de dez intelectuais, vários artigos, dissertações e teses de uma grande maioria de autores e autoras negras. E isso é muito pouco. O que me deixa absurdamente feliz. Saber que é tão vasto, plural e *dissonante* o conhecimento negro sistematizado pela academia (essa

na qual muitos dizem que nem existimos) endossa, da melhor forma possível, e da mais inusitada, o que eu quis defender ao largo das últimas páginas: estamos, sim, vivos, à revelia das tantas maneiras de padecer. E até quem discorda diametralmente auxiliou na comprovação de tal tese.

A produção teórica e literária negra é, para além de uma resposta às violências sistêmicas, uma comprovação de que, se a morte nos cerca, nós a enganamos como os Ibeji à Icu⁸ (a morte, para o povo iorubá). A comunidade negra desafia a morte social, resiste à morte do corpo e reverte a morte do conhecimento quando cria um novo mundo um pouco mais possível no domínio do ficcional e também da teoria. Contraditório é que estes novos mundos versem tão frequentemente sobre nosso aniquilamento...

Porém, estamos ante ao inegável: fomos carregados de nossas terras natais, inseridos em uma cultura que não via humanidade em nós, e não morremos: criamos uma nova identidade - nos amefricanizamos; fomos excluídos de vários espaços de educação, poder e cultura, e mais uma vez não morremos: criamos uma experiência de escrita que nos devolveu muito - escrevemos; acreditaram que nos destruiriam por completo, que o Ocidente se tornaria definitivamente branco em pouco anos, e novamente não morremos: criamos um devir que nos cabe e no qual cabemos - nos afrofuturizamos

8 Cf. itan compilado por Reginaldo Prandi. *Mitologia dos Orixás*, p. 375-377.

Referências

- ALVES, Miriam. Alice está morta. In: *Cadernos negros* 12. Org. Quilombhoje. São Paulo: Edição dos Autores, 1989.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339p. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B2_ZK-qR9WEKYjcxN-Dk0Y2ItOTYxYS00ZDQwLWE2ZDYtZDFmNGI0MGRmNz-Jk/view?resourcekey=0-t9TSekNc6NaJ4qJqJYAj-w>.
- CÔRTEZ, Cristiane de Araújo. *As pontas de uma estrela: poéticas do silêncio em Macabéa e Ponciá*. 2016. 210p. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/LETR-ATBPKJ/1/tese_cristiane_felipe_ribeiro_de_araujo_c_rtes.pdf> .
- DALCASTAGNÊ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea/UNB*, Brasília, n. 26, p. 13-71, 2011.
- DERY, Mark. *Flame Wars: the discourse of cyberculture*. Duke University Press Books: Carolina do Norte, 1994.
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares: Cultura Afro-brasileira*, Brasília, n. 1, ano 1, p. 52-57, 2005a.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza M. de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora*. João Pessoa: Idéia/ UFPB, 2005b.
- EVARISTO, Conceição. Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos. In: *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2016 [2014].

ISTO É. Pais negros educam seus filhos com advertências sobre racismo nos EUA. *Isto É*, [S.l.], 10 jun. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/pais-negros-educam-seus-filhos-com-advertencias-sobre-racismo-nos-eua/>>.

FIGUEIREDO, Fernanda Rodrigues de. *A mulher negra nos Cadernos Negros: autoria e representações*. 2009. 128p. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP-7TTGA8/1/disserta_ao_mestrado_backup_revisado_2.pdf>.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018 [2006].

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1998.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios/UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 123-151, 2016.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Corpo de Romances de Autoras Negras Brasileiras (1859-2006): Posse da História e Colonialidade Nacional Confrontada*. 2019. 251p. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-26062019-113147/pt-br.php>>.

NUNES, Davi. Afropessimismo: teoria da violência antinegra. Disponível em: <<https://ungareia.wordpress.com/2020/09/07/afropessimismo-teoria-da-violencia-antinegra/>>. Acesso em: 12 ago 2021.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: EdUSP, 2008.

SILVA, Denise Ferreira da. O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo. MASP/INSTITUTO TOMIE OHTAKE. *Histórias Afro-Atlânticas*, Vol. 2 – Antologia. São Paulo: Masp/Instituto Tomie Ohtake, 2018.

SANTOS, Mirian Cristina dos. *Intelectuais negras: prosa negra-brasileira contemporânea*. 2018. 183p. Tese (Doutorado em Estudos Literários) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6717/1/miriancristinadossantos.pdf>>.

SOARES, Márcio de Souza. “Para Nunca Mais Ser Chamado ao Cativo”: escravidão, desonra e poder no ato da alforria. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. 4, 2009, Curitiba. *Anais...* Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/imagens/Textos4/marciosoares.pdf>> .

SOUZA, Waldson Gomes de. *Afrofuturismo: o futuro ancestral na literatura brasileira contemporânea*. 2019. 102p. Dissertação (Mestrado em Literatura) — Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35472/1/2019_WaldsonGomesdeSouza.pdf>.

WILDERSON III, Frank B. *Afropessimismo*. São Paulo: Editora Todavia, 2020a.

WILDERSON III, Frank B. “Estamos tentando destruir o mundo”. Antinegritude e violência policial depois de Ferguson: uma entrevista com Frank B. Wilderson III. Trad. Felipe Coimbra Moretti. *Ayé: Revista de Antropologia/UNILAB*, edição especial - traduções, p. 94-108, 2020b.